

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.019 - SC (2019/0352553-1)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : M DE L F
ADVOGADOS : LUIZ GERALDO GOMES DOS SANTOS - SC022978
TAINARA WAGNER - SC037123
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por M. DE L. F. contra acórdão da Quarta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (HC nº 4028789-34.2019.8.24.0000).

Extrai-se dos autos que a recorrente foi presa preventivamente pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 121, § 2º, incisos I, II e IV e 288, parágrafo único do Código Penal.

Buscando a revogação da prisão, a defesa impetrou a ordem originária, que foi denegada pelo Tribunal *a quo*, em acórdão assim ementado (e-STJ fls. 154/170):

HABEAS CORPUS - HOMICÍDIO TRIPLAMENTE QUALIFICADO (CP, ART. 121, § 2º, I, II E IV) E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA (CP, ART. 288) - PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. FUMUS COMISSI DELICTI - AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA - NÃO CONHECIMENTO DA RECLAMAÇÃO NO PARTICULAR - QUESTÃO AFETA AO MÉRITO - ILEGALIDADE NO CASO NÃO VERIFICADA DE PLANO.

O habeas corpus não se presta para a análise de questões que envolvam um exame aprofundado da matéria fático-probatória, de modo que o reconhecimento de eventual ilegalidade somente poderá se dar quando esta for de plano verificada, razão pela qual se toma inviável conhecer do writ no particular.

PERICULUM UBERTATIS - ELEMENTO PRESENTE - EVIDÊNCIAS QUE INDICIAM QUE O CAUSÍDICO VÍTIMA TERIA SIDO EXTERMINADO NO PRÓPRIO ESCRITÓRIO DE TRABALHO E EM RAZÃO DOS SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS QUE PATROCINAVA - GRAVIDADE CONCRETA MANIFESTADA PELO MODUS OPERANDI, QUE

DEMONSTRA A PERICULOSIDADE DO AGENTE - MÁXIMOS REQUINTES, A RIGOR, DE PREMEDITAÇÃO E FRIA E EXECRÁVEL EXECUÇÃO DELITIVA - CONCURSO DE AGENTES E CONTRATAÇÃO DE SICÁRIOS PARA CONCRETIZAR O SERVIÇO ESPÚRIO PERICULOSIDADE MARCANTE - ORDEM PÚBLICA SERIAMENTE RECEOSA - RISCOS TAMBÉM EVIDENTES À INSTRUÇÃO CRIMINAL - ACUSADA EM QUESTÃO QUE É INTEGRANTE DE FAMÍLIA CUJO PODER POLÍTICO E SOCIAL É DEVERAS NOTÁVEL NA REGIÃO OESTE - TESTIGOS PRÓXIMOS À FAMÍLIA DA ACUSADA QUE VEM FORNECENDO, ESTRANHAMENTE, VERSÕES CONFLITANTES AO LONGO DO TEMPO INTERCEPTAÇÃO DE MENSAGENS DE TELEFONE DE INTEGRANTES DO NÚCLEO FAMILIAR QUE, A PEDIDO DE UM DOS INVESTIGADOS, ILUSTRA O PLANEJAMENTO DE ROGAR PELA INTERFERÊNCIA DE AGENTES POLÍTICOS DE ENVERGADURA NO ESTADO - PRISÃO PREVENTIVA NECESSÁRIA E JUSTIFICADA.

I - Presentes sérios indícios no sentido de que o paciente e demais codenunciados meticulosamente teriam planejado a pena capital, destinando ao extermínio um causídico em pleno escritório e em razão dos ofícios por ele patrocinados, perceptível torna-se o total desrespeito do agente às normas mínimas de convivência e organização social, capaz de lhe permitir traçar um perfil altamente perigoso à convivência em sociedade. Tal ação nefasta, que teria, segundo indícios, servido-se de sicários para a execução espúria, premeditada, fria e execrável, possui um grau de ofensividade que supera a já elevada reprovabilidade inerente ao homicídio e exige uma postura firme do Poder Judiciário, frente à exacerbada periculosidade demonstrada em concreto pelo perseguido.

II - As pretensas interferências na sorte das provas e do processo como um todo são deveras perniciosas e não devem a ser admitidas, de nenhum alcance. Detectado, assim sendo, movimento negativo confluyente a esse contexto - sensível às incessantes modificações nas versões apresentadas por testemunhas próximas aos acusados e, não suficiente, com o intento de rogar o auxílio de agentes políticos influentes no Estado -, autorizada e necessária está a prisão preventiva, fiel para projetar a máxima tutela a salutar instrução criminal.

AFIRMAÇÃO DE BONS PREDICADOS DO PACIENTE - CIRCUNSTÂNCIAS QUE, POR SI SÓS, NÃO TÊM O CONDÃO DE GARANTIR SUA SOLTURA.

Superior Tribunal de Justiça

Impossível a soltura do paciente com fulcro apenas em bons predicados (idoneidade moral, primariedade, trabalho e residência fixa), uma vez que tais circunstâncias são insuficientes, sozinhas, para impedir a prisão cautelar, devendo tais elementos serem sopesados em conjunto com todo o contexto fático-probatório.

SUPOSTO CABIMENTO DA SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO POR OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES MAIS BRANDAS - IMPOSSIBILIDADE - SEGREGAÇÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA.

Inviável a aplicação de medidas diversas (art. 319 do Código de Processo Penal) quando presentes todos os elementos necessários à prisão cautelar, especialmente se consideradas as questões particulares ao caso concreto.

WRIT CONHECIDO EM PARTE E DENEGADO.

No presente recurso, a defesa alega, em síntese, que a segregação cautelar é ilegítima, ante a ausência de fundamentação idônea. Afirma: **(i)** que as instâncias ordinárias não indicaram em que aspecto a recorrente evidenciaria *periculum libertatis*, principalmente por se tratar de ré primária, idosa, com residência fixa e ocupação lícita, como instrumentadora, empresária e vereadora; **(ii)** que a prisão preventiva, no caso destes autos, é um estratagema para pressionar o marido da recorrente a confessar a autoria do delito; **(iii)** que o juízo da primeira instância não se mostrou imparcial, o que se ilustra pelo intervalo de apenas 4 horas e 45 minutos entre o oferecimento e o recebimento da denúncia, por decisão de 67 laudas, e pela autorização de escuta ambiental no camburão em que foram transportados outros réus, mas cujo teor favorável à ré foi desconsiderado; **(iv)** que os indícios de autoria são insuficientes, pois se resumem à realização de quatro ligações para um empregado (suposto autor material do homicídio cuja ordem teria sido transmitida pela recorrente), sem indicação alguma sobre o teor de tais conversas; **(v)** que os indícios de autoria referentes a familiares da ré não podem justificar a sua segregação; **(vi)** que o suposto contato de familiares com ocupantes de cargos eletivos não tem relação com a recorrente, e sim com o seu marido, que cumpre pena por outro crime e pretendia atuar na área da saúde, dentro

Superior Tribunal de Justiça

do cárcere; e (vii) que não se registraram elementos capazes de atribuir a responsabilidade por mudança de versões de uma testemunha a alguma espécie de pressão exercida pela recorrente.

Requer, assim, a revogação da prisão, se for o caso com aplicação de medidas cautelares alternativas.

É o relatório. Decido.

Verifico que nesta Corte também houve a impetração do HC n. 542.739/SC, em favor da ora recorrente, requerendo igualmente a revogação da prisão preventiva, sob os mesmos argumentos ora apresentados.

A utilização do recurso cabível simultaneamente à utilização do *writ* substitutivo desvirtuou o ordenamento processual, por se tratar de mera reiteração, motivo pelo qual o presente recurso não pode prosseguir.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. MATÉRIA PREVIAMENTE SUBMETIDA AO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA POR MEIO DE HABEAS CORPUS. MERA REITERAÇÃO NO ÂMBITO DO RECURSO ORDINÁRIO. LITISPENDÊNCIA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Hipótese na qual o recurso ordinário interposto consiste em mera reiteração de pedido formulado no HC n. 456.792/SP, que teve a liminar indeferida e será oportunamente levado a julgamento.

2. Embora o recurso ordinário em habeas corpus consista no meio próprio para a apreciação da irresignação, a defesa optou por impetrar, também, habeas corpus substitutivo, o qual primeiramente foi despachado nesta Corte. Desse modo, a tese idêntica não pode ser simultaneamente analisada em impetrações / interposições posteriores.

3. Embora esta Corte entenda ser, de início, incabível o habeas corpus substitutivo de recurso, em homenagem ao princípio da ampla defesa, é de rigor o exame da insurgência, para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício. Assim, não haverá qualquer prejuízo ao recorrente em ter as teses ora levantadas

Superior Tribunal de Justiça

analisadas quando do julgamento HC n. 456.792/SP e não do presente recurso ordinário.

4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no RHC 103.808/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 27/11/2018, DJe 10/12/2018)

AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. MERA REITERAÇÃO DE PEDIDO (HC N. 316.928/GO). INADMISSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTA CORTE.

1. Deve ser mantida por seus próprios fundamentos a decisão monocrática que negou seguimento ao writ, porquanto a questão relativa ao excesso de prazo na formação da culpa já foi objeto de apreciação por parte deste Tribunal Superior, quando da impetração do HC n. 316.928/GO, de minha relatoria, cuja liminar foi indeferida em 24/2/2015 e cujo julgamento está designado para a data de 01/09/2015.

2. Agravo regimental improvido. (AgRg no RCD no HC n. 329.224/GO, Relator Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, julgado em 01/09/2015, DJe 22/09/2015).

Ou seja, embora o recurso ordinário em *habeas corpus* consista no meio próprio para a apreciação da irresignação, a defesa optou por impetrar, também, *habeas corpus* substitutivo, o qual primeiramente foi despachado nesta Corte.

Desse modo, primeiro, a questão foi submetida a este Tribunal por meio do HC n. 542.739/SC e, assim, não pode ser, simultaneamente, questionada em impetrações / interposições posteriores.

Nesse ponto, cumpre salientar que, embora esta Corte entenda ser, de início, incabível o *habeas corpus* substitutivo de recurso, em homenagem ao princípio da ampla defesa, é de rigor o exame da insurgência, para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício. Dessarte, não haverá qualquer prejuízo à recorrente em ter as teses ora levantadas analisadas quando do julgamento do *writ* e não do

Superior Tribunal de Justiça

presente recurso ordinário.

Ante o exposto, **nego seguimento** ao presente recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

